



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA
DA PRESIDÊNCIA

Gabinete da Ministra Adjunta e
dos Assuntos Parlamentares

Entrada N.º 539

Data 07/03/2023

Exmo. Senhor
Dr. João Bezerra da Silva
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência a
Ministra Adjunta e dos Assuntos
Parlamentares

gabinete.maap@maap.gov.pt

SUA REFERÊNCIA
N.º: 276
ENT.: 591

SUA COMUNICAÇÃO DE
13/02/2023

NOSSA REFERÊNCIA
836/2023

DATA
6/03/2023

ASSUNTO: Petição n.º 33/XV/1.ª, da iniciativa da Comissão de Trabalhadores (CT) do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) “Pela valorização das estatísticas oficiais e dos trabalhadores do INE”

Encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Presidência de enviar a V. Exa. os esclarecimentos deste gabinete sobre Petição melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Chefe do Gabinete (em substituição)

Kátia Aragão
Ferreira

Kátia Aragão Ferreira

Anexo: o referido



Petição n.º 33/XV/1.ª

- “Pela valorização das estatísticas oficiais e dos trabalhadores do INE”

No âmbito da pronúncia referente à petição em apreço, a área da Presidência vem informar o seguinte:

Esta área governativa sempre reconheceu e valorizou a importante missão do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) enquanto Autoridade Estatística Nacional, bem conhecendo a crescente complexidade das respetivas funções e o papel diferenciado e especializado dos trabalhadores do INE na prossecução da atividade estatística.

O Governo tem acompanhado com muita proximidade as matérias referentes aos recursos humanos do INE, quer procurando assegurar que o mesmo dispõe dos trabalhadores necessários ao desenvolvimento de operações estatísticas de grande dimensão e temporalmente limitadas (caso do Recenseamento Agrícola 2019, em que foram recrutados mais de 200 trabalhadores a termo certo, ou dos Censos 2021, em que foram contratados cerca de 15.000 recenseadores), quer garantindo o reforço e valorização estrutural do mapa de pessoal do INE.

Os trabalhadores do INE, representados pela Comissão de Trabalhadores e por alguns sindicatos, designadamente o SITESE e o FNSTFPS, têm tido audiências com a área da Presidência, endereçando as respetivas reivindicações, algumas das quais constantes da petição em apreço. No início do presente ano, a Comissão de Trabalhadores do INE entregou à tutela um conjunto de reivindicações para 2023.

No que respeita à alegada situação dos trabalhadores, essenciais para cumprimento da missão do INE, não é possível acompanhar o diagnóstico apresentado na petição em apreço, sendo de sublinhar que tem existido por parte da área da Presidência uma especial atenção referente à evolução e à valorização dos recursos humanos, sublinhando-se, designadamente, o seguinte:

- Desde dezembro de 2015 entraram no INE cerca de 140 Técnicos Superiores Especialistas de Estatística (TSEE) e Técnicos Superiores (TS), nomeadamente através de procedimentos concursais e de mobilidade intercarreiras ou intercategorias, mas também através do procedimento de recrutamento centralizado para a Administração Pública, entendendo-se que a área estatística é uma das consideradas prioritárias no âmbito deste recrutamento;
- De acordo com dados remetidos pelo INE, entre 2019 e até 2023, estima-se que cerca de 70% dos TSEE/TS alterou ou irá alterar a respetiva posição remuneratória, evoluindo, assim, na carreira, sendo de destacar as especiais autorizações conferidas ao INE para a promoção da alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (com base na avaliação de desempenho) operada em 2022 e que abrangeu 56 trabalhadores;



- Destaca-se ainda a atribuição de prémios de desempenho e as valorizações remuneratórias dos trabalhadores em mobilidade, ocorridas no INE em 2021 e 2022, tendo também 2022 a medida transversal de valorização remuneratória dos doutorados abrangido 20 trabalhadores;

No que especificamente respeita à revisão das carreiras do INE, operada pelo Decreto-Lei n.º 187/2015, de 7 de setembro, e à transição dos técnicos profissionais do INE para a carreira geral de Assistente Técnico (AT), reconhecendo-se que existe uma percentagem significativa que já se encontra no topo da carreira, sempre se sublinha que alguns desses trabalhadores também tinham atingido o topo da anterior carreira especial do INE, tendo alguns transitado já para a carreira de TSEE através de mobilidade intercarreiras, e tendo mais de 3 dezenas de AT beneficiado do aumento de posição remuneratória nas posições complementares (tendo sido promovidos para os níveis 16, 17 ou 18), na decorrência da alteração da estrutura remuneratória das categorias de AT resultante do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro.

No que respeita ao número total de trabalhadores do INE e pese embora o saldo global de trabalhadores do INE entre 2015 e 2023 seja negativo (impulsionado essencialmente pelo número de aposentações), em relação aos TS e TSEE verifica-se um saldo positivo (mais 38 trabalhadores que em 2015).

No que especificamente concerne aos recursos financeiros do INE e ao exercício comparativo operado entre valores de 2010 e 2020, entendemos que o mesmo carece de contextualização por duas razões principais:

- Em primeiro lugar, o orçamento do INE - financiado por receitas de impostos - aumentou em 2023, comparativamente com 2015, cerca de 30% e, sempre que foi necessário proceder a um reforço associado a operações estatísticas mais expressivas, o orçamento do INE foi reforçado (como aconteceu com o reforço de mais 39M € em 2021 para os Censos);
- Em segundo lugar e não obstante o facto de em 2020, em linha do que acontece desde 2015, ter sido registado um aumento do orçamento de receitas de impostos do INE face ao ano anterior, a diferença face a 2010 (aproximadamente 2M €, como mencionado na petição) fundamenta-se no facto de em 2010 ter existido um reforço do orçamento do INE mediante transferências do Ministério da Agricultura (cerca de 5M€) para encargos associados ao Recenseamento Agrícola de 2009 e à preparação dos Censos 2011 (salientando-se, conforme referido, que em 2021 existiu um reforço no orçamento do INE de 39M€ para a realização dos Censos 2021), sendo as diferenças no âmbito da execução orçamental indissociáveis do contexto pandémico vivido em 2020, com a redução da execução de algumas rubricas, designadamente referentes a ajudas de custo e a deslocações.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**GABINETE DA MINISTRA
DA PRESIDÊNCIA**

Deste modo, fica claro que a comparação descontextualizada em termos de evolução dos recursos financeiros do INE e a omissão relativa às medidas que vêm sendo adotadas no sentido da crescente valorização dos recursos humanos do INE, não revelam o caminho que o Governo tem prosseguido de reforço do papel do INE e do reconhecimento da importância dos respetivos trabalhadores, essenciais na concretização da missão da Autoridade Estatística Nacional.